

Ata n.º 3/2018

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezoito, no auditório do edifício da Ortigosa, da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, reuniu ordinariamente a Assembleia de Freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, pelas 21h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 26 de abril de 2018 – Leitura e Votação;**
- 2. Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de abril de 2018 a 31 de maio de 2018 – Apreciação;**
- 3. Inclusão de Saldo de Gerência, referente ao ano 2017 – Apreciação, Discussão e Votação.**

O Presidente da Assembleia de Freguesia, José Carlos Gomes, deu início à sessão ordinária pelas 21h00. Cumprimentou todos os presentes e passou à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos:

1. Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 26 de abril de 2018 – Leitura e Votação;
2. Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de abril de 2018 a 31 de maio de 2018 – Apreciação;
3. Inclusão de Saldo de Gerência, referente ao ano 2017 – Apreciação, Discussão e Votação.

Colocou a votação a inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos. Assim o Ponto 4, no seguimento de um pedido efetuado pelo Executivo da Junta de Freguesia, que se prende com a concessão de uma sepultura perpétua. A inclusão do Ponto 4 na Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. Posteriormente cedeu a palavra ao público presente para poder intervir, com assuntos relacionados e de interesse para a freguesia, antes de entrar no período da Ordem de Trabalhos definida.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre o documento que foi solicitado e entregue em formato digital relativamente às instituições sem fins lucrativos, nomeadamente quais eram os critérios ou se

existia algum regulamento que a Junta de Freguesia tenha e que tenha dado origem àqueles donativos. Em relação às escolas, questionou se o Executivo tinha já preparado o apoio às escolas, nomeadamente em relação às atividades de tempos livres. Referiu ainda que independentemente de se ter uma Associação de Pais, estando numa União de Freguesias que inclui o Souto da Carpalhosa e a Ortigosa, a acessibilidade deve ser dada a todas as escolas não se devendo focar numa terra deixando as outras para trás. Referiu ainda que, tal como já havia referido na Assembleia anterior, a percepção era de que os pais estavam a retirar as crianças de algumas escolas por falta de condições, nomeadamente no que respeita aos tempos livres e apoios extracurriculares. Leu a seguinte intervenção:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa, José Carlos Gomes

Fernanda de Jesus Ferreira Pedrosa, como elemento da assembleia de freguesia eleito pela bancada do PS venho por este meio e no seguimento da ata 26/04/2018 solicitar os documentos já solicitados:

1. *Mapa da Relação Nominal do Executivo onde deveria estar detalhado todo o vencimento auferido por cada um dos elementos;*
2. *Documento detalhado quanto ao controlo orçamental da receita e despesa no que se refere aos investimentos realizados em 2017;*
3. *Norma de Controlo Interno.*

Sem outro assunto de momento,

Esperando a vossa melhor atenção,

Com os melhores cumprimentos,

Fernanda Pedrosa". -----

Joana Caetano, Chã da Laranjeira – Intervieio para fazer uma observação relativamente à estrada que liga a Associação Valpedrense ao lugar da Chã da Laranjeira, e onde se encontrava um espelho parabólico inutilizável – mal direcionado – e, do lado oposto, uma árvore que impedia e limitava a visibilidade dos condutores. Referiu ainda que a situação tem vindo a gerar vários “sustos” aos condutores, sendo já várias as pessoas que se queixaram da situação. Prosseguiu questionando sobre o alargamento da via na Rua Principal, junto à curva próxima da Rua do Serro, do lugar de Chã da Laranjeira, cujo alargamento foi feito, bem como passeio, mas se mantinha em

tout-venant. Questionou quando era que a situação ia ser resolvida, visto os peões estarem a passar pelo lado oposto ao passeio evitando o passeio e o *tout-venant*, tornando-se esta uma situação perigosa.-----

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Saudou os presentes. Pronunciou-se quanto ao abandono em que se encontrava a Escola Primária do Picoto e sobre a apropriação de terrenos por parte de vizinhança da escola, onde inclusivamente foi levantado um muro a tapar a entrada da escola, muro este que cortava uma linha de água que passava ao lado da escola. Manifestou que considerava ser importante uma intervenção por parte da Junta de Freguesia, considerando o propósito e colaboração dos populares aquando a criação da escola, assistindo agora ao seu abandono e vandalismo. Sugeriu ainda que a escola poderia ser cedida à associação do Picoto que tomaria as responsabilidades de gestão desta infraestrutura.-----

Fernando Mendes, membro da Assembleia de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Disse que no ano passado alertou, telefonicamente, a Junta de Freguesia para um terreno no lugar de Riba d'Aves que estava por limpar e este ano enviou já um e-mail sobre a mesma situação, mas, disse que julgava que o e-mail ainda não tinha sido lido. Referiu ainda que tinha feito outra participação a propósito de outro terreno e que este já se encontrava limpo, não sabendo se foi por intervenção da Junta de Freguesia ou do proprietário. Informou que enviou um e-mail sobre um contentor que se encontrava junto à pastelaria “Trigo e Canela”, junto à empresa “Sacos 88”, mas que também esse reporte estava resolvido. Afirmou que considerava ser esse o dever dos membros da Assembleia de Freguesia, comunicar por escrito de modo a que tudo ficasse registado. Disse ainda que já houve situações em que fez alertas verbalmente e as coisas não foram resolvidas, mas que geralmente eram solucionadas. Chamou a atenção às responsabilidades das autoridades e lembrou que, atualmente, já havia autarcas chamados à justiça e constituídos arguidos perante a sua conduta. Afirmou que considerava que quando a Junta de Freguesia não tinha capacidade de dar respostas, por falta de pessoal especializado ou não, deveria informar a Câmara Municipal de Leiria para esta ser responsabilizada em caso de tragédia, e sempre por escrito. Disse ser incompreensível o investimento de milhões da Câmara Municipal de Leiria na cidade e as freguesias se encontrarem uma vergonha, não apenas nesta

freguesia, mas por onde se passava, com falta de limpeza. Afirmou que julgava que a Junta de Freguesia tinha alertado ICNF para a situação da Charneca do Nicho, mas também não estava resolvido. Questionou quem tinha a responsabilidade na limpeza e quem é que obrigava quem aos procedimentos de limpeza. Disse que concluía que a solução passava pelo “deixar arder” e aí tudo ficaria limpo por dez anos. Informou que foi alertado por um habitante da freguesia para a situação em que se encontravam os bancos e mesas do Parque da Lagoa e se estes podiam ser limpos com uma máquina de pressão, pois os mesmos encontravam-se muito sujos e com mau aspetto. Sobre as rotundas na freguesia voltou a frisar o estado vergonhoso das mesmas, por falta de limpeza, ainda mais numa freguesia onde existiam muitos jardineiros e profissionais em jardinagem. Acrescentou que se era da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal limpar e não o fazia, então que pagasse a quem o fizesse. Disse ainda que quem ficava mal visto era a freguesia com este cartão-de-visita. Sobre a colocação de herbicida nas bermas das estradas questionou se era a altura indicada para o fazer, pois a colocação da mesma fora do período próprio manifesta a ineficácia da aplicação da mesma. Disse que notava que havia falta de pessoal para trabalhar nos trabalhos mais pesados. Acrescentou que ao passar a linha de caminho-de-ferro, do lado do campo, só de um lado foi colocado herbicida. Disse que do lado onde não foi colocado encontrava-se erva alta que impedia a visibilidade na passagem.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para se debruçar sobre o organograma apresentado na última Assembleia de Freguesia, e onde se absteve aquando a votação do mesmo uma vez que não tinha sido suficientemente esclarecida quanto à apresentação do organograma e reafirmou que perante o Decreto-lei 305/2009, 23 de outubro que estabelecia o Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, o artigo 13.º definia que competia à Assembleia de Freguesia: aprovar o modelo de estrutura orgânica; definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; definir o número máximo total de subunidades orgânicas. No artigo 15.º, o ponto 4 referia que “as unidades orgânicas e as subunidades orgânicas são criadas por deliberação da assembleia de freguesia, sob proposta fundamentada da Junta de Freguesia” e o ponto 5 referia que “as deliberações referidas nos números anteriores são publicadas

em edital, a afixar nos lugares de estilo da freguesia, sob pena de ineficácia” e estas unidades e subunidades só podiam existir de acordo com o artigo 4.º da norma se existisse pessoal dirigente para unidades e subunidades pessoal com funções de coordenação. Com base no exposto, referiu que a Junta de Freguesia não agiu em conformidade com o definido legalmente para apresentar um organograma. Referiu que Mapa de Pessoal, dado que se encontrava em processo de regularização, ainda não se encontrava em conformidade legal para ser submetido a votação e tinha de ser submetido a votação em ponto único e não no meio dos documentos que seguiram para o Tribunal de Contas.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Quanto aos critérios para os donativos atribuídos às associações afirmou que o atual executivo discutiu qual o valor por evento a atribuir. Exemplificou que uma associação que tivesse apenas, por exemplo, serviço de bar aberto e não fizesse qualquer tipo de evento, não tinha a atribuição de donativo. Foi definida uma verba a atribuir e uma associação que fizesse dez eventos receberia sempre mais que uma associação que fizesse apenas um. Esclareceu ainda que ficou definido em reunião de Executivo. Quanto às escolas e programas de ocupação para os tempos livres, disse que tal como havia sido explicado na Assembleia de Freguesia anterior, o apoio que a Junta de Freguesia daria aos pais e às crianças das escolas em termos de ATL era igual para toda a freguesia. Disse que oferta para a Moita da Roda seria igual à do Vale da Pedra, por sua vez igual ao Souto da Carpalhosa, sendo todas iguais. Explicou ainda que no início de cada novo ano letivo, na primeira reunião em que os professores habitualmente convidavam a Junta de Freguesia a estar presente, a Junta estava presente, esclarecia, perguntava e oferecia o serviço. Onde os pais manifestarem a necessidade de ATL, a Junta de Freguesia ia ao encontro das necessidades dos pais. Quando os pais não manifestavam a necessidade, simplesmente não se abria o serviço de ATL. Afirmou ainda que a Junta não podia abrir o serviço de ATL onde não tinha crianças.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio dizendo que essa era a postura do Executivo e da sua falta de pró-atividade. Disse ainda que os pais tinham os filhos para criar e tinham os seus empregos

como toda a gente, mas importava que se visse se à sua volta estavam criadas estruturas com segurança. Se os pais não encontravam uma estrutura devidamente montada e preparada, os pais iam à volta procurar respostas. Esclareceu que este ir à volta se referia a Bajouca, Monte Redondo, Carnide, Bidoeira, Milagres, todos estes lugares tinham estruturas com segurança para as crianças. No caso da freguesia, a Ortigosa oferecia um serviço um pouco melhor mas poderia melhorar a sua oferta, e o Souto não tinha essa estrutura e os pais estavam a descapitalizar um investimento na educação local, indo para as outras freguesias porque estava montada a estrutura. Disse ainda que não concordava com a justificação apresentada, e que efetivamente já havia sido dada, sendo esta a sua opinião. Reafirmou que se devia ser pró-ativo e criar condições para que as pessoas não fujam desta freguesia.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Ainda sobre o ATL, afirmou que por vezes a oferta estava à porta, mas havia uma tendência natural para se dizer que as coisas não estavam bem. Afirmou que não ia fazer comparações com outras freguesias, pois não lhe dizia respeito, mas ia comparar a oferta do Souto da Carpalhosa e da Ortigosa. Esclareceu que o ATL do lado da Ortigosa era assegurado por uma instituição, no caso, a SAMVIPAZ e consequentemente, não é equiparado ao ATL assegurado pela Junta de Freguesia, como era o caso no Souto da Carpalhosa. Afirmou ainda que considerava que estavam à frente perante as necessidades. Deu ainda o exemplo do Vale da Pedra que, havendo apenas duas crianças inscritas para o ATL, vinham todos os dias de táxi para o ATL do Souto da Carpalhosa. Disse ainda que o ATL estava a funcionar muito bem, inclusivamente ia receber crianças fora da freguesia, como era o caso de duas que vinham da Gândara dos Olivais, mas que ninguém podia impor a um pai colocar o filho onde quer que seja. Reafirmou que onde houver necessidade e crianças suficientes, a resposta será dada. Explicou que o que se passava com as duas crianças do Vale da Pedra, cujos pais precisavam de ATL, não seria bom nem para as crianças nem para quem estava com eles, se apenas tivesse aquelas duas.----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Interveio para esclarecer que no momento das matrículas os pais eram questionados se estariam ou não interessados no ATL. Sendo que muitas vezes essa informação apenas chega à Junta de Freguesia em setembro.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Respondendo à intervenção de Joana Caetano, informou que a Junta de Freguesia estava aberta das 9h00 às 17h30 e as questões apresentadas podiam ser apresentadas na Junta de Freguesia a qualquer dia e qualquer hora de atendimento, mesmo sem ser o horário de atendimento com o Executivo. Pediu ainda o apoio de todos para que reportassem aquilo que considerem estar menos bem na freguesia. Disse que se os espelhos não estavam bem, teriam de ser trocados, e quanto à árvore que estava a impedir a visibilidade, uma vez que a mesma não tinha abertura ao diálogo, pediu à interveniente, Joana Caetano, que posteriormente indicasse quem era o proprietário da mesma para que a Junta de Freguesia tentasse sensibilizar a pessoa para que no mínimo houvesse um derrame da mesma. Quanto ao alargamento da via e que se encontrava em *tout-venant*, disse que se esperava que passasse ali o saneamento para que depois tudo ficasse concluído, contudo, não significava que pelo meio não pudesse ser resolvido, contudo era necessário haver alcatrão quente disponível. Aproveitou para esclarecer que havia situações que a Junta de Freguesia não resolvia logo não porque não queria, mas porque tinham de existir vários alcatroamentos na zona para pedir o alcatrão quente e muitas das vezes as empresas que fazem os trabalhos para a Câmara Municipal dizem que não o fazem porque têm definido determinado número de metros para alcatroar e nem mais um fazem, mesmo que a Junta de Freguesia se disponha a pagar o mesmo. Respondendo ao membro Gastão Crespo, relativamente à Escola Primária do Picoto recordou que a escola é propriedade da Câmara Municipal de Leiria, já esteve à venda por duas vezes, que se encontrava vandalizada e a Junta de Freguesia fez comunicação à autarquia nesse sentido, por escrito e verbalmente, e não podia intervir mais. Quanto ao muro, afirmou que desconhecia que passava uma linha de água por debaixo desse muro. Ainda sobre este muro, informou que uma senhora da Carreira se deslocou à Junta de Freguesia a solicitar que esta retirasse o alcatrão da rua que dava acesso ao portão da escola e solicitou ainda que a Junta de Freguesia fizesse lá um muro. Informou a senhora de que nem retiraria o portão nem faria o muro, pois a escola pertencia à Câmara Municipal de Leiria. A senhora explicou que o seu pai havia cedido o terreno para acesso à escola, mas uma vez que esta já não se encontrava em funcionamento, procurava

reaver o terreno do pai, e mostrou um documento da Câmara Municipal de Leiria em que estava manifestado o direito em reaver o terreno. Dado que a Câmara Municipal de Leiria estava a resolver já a situação, reafirmou que a Junta de Freguesia não ia ter ali qualquer tipo de intervenção. Posteriormente a esta situação, uma pessoa do Picoto foi à Junta de Freguesia e informou que tinha sido feito um muro. Afirmou que qualquer esclarecimento maior teria de ser solicitado à Câmara Municipal de Leiria.

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Interrompeu para dizer que, independentemente do exposto, para se fazer um muro era necessária uma licença.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Informou que entre confinantes e sendo um muro muito baixo, não era necessário.

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Intervio para sugerir que a Junta de Freguesia desse conhecimento à Câmara Municipal de que foi feito este muro.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Retomou dizendo que também teria de ser pedido diretamente à Câmara Municipal de Leiria, no caso a associação do Picoto, e incentivou a que o fizessem, pois se as escolas ficarem para as associações seriam vendidas por um preço bem mais baixo. Respondendo ao interveniente Fernando Mendes, afirmou que ninguém do Executivo estava a levar o seu trabalho a brincar, pelo contrário, com bastante seriedade. Explicou que ao chegar um pedido à Junta de Freguesia e se o mesmo tinha de ser reencaminhado, era reencaminhado e por escrito. Disse ainda que se o terreno que mencionou ainda não estava limpo, não significava que os responsáveis não fossem chamados a fazê-lo. Quanto ao pedido que tudo ficasse registado em ata, esclareceu que assim ficava, assim que como quando o Executivo reunia, tudo ficava escrito em ata, reuniões e atendimentos, tudo ficava escrito em ata, e rematou dizendo que não havia pedido que chegasse à Junta de Freguesia que não ficasse registado em ata. Sobre a Charneca do Nicho esclareceu que o alerta foi feito ao ICNF e também a Junta de Freguesia aguardava. Ainda sobre a limpeza de terrenos e sobre responsabilidades de quem limpava disse que com a nova lei houve alguns disparates e, se por um lado quase impunham às pessoas o ter de cortar tudo, mais recentemente solicitavam para que não cortassem mais árvores. Sobre as

mesas e bancos do Parque da Lagoa, disse que, infelizmente não houve oportunidade de tratar desses equipamentos em tempo útil, mas que também já foi alertada e já havia tomado nota para dar seguimento ao pedido de limpeza. Relativamente às quatro rotundas e à sua limpeza, disse que impendentemente de haver muitos jardineiros na freguesia, não havia autorização para se intervir nas rotundas. Contudo, compreendeu que era vergonhoso o estado em que as mesmas se encontravam, mas que a situação não era exclusiva desta freguesia. Quanto ao espalhamento de herbicida e ao pessoal ao serviço da Junta de Freguesia, informou que o trabalho seguia o decurso dos anos anteriores: rapava-se onde se podia rapar e colocava-se herbicida onde se podia colocar. Acrescentou ainda que a colocação de herbicida não era para evitar de limpar, pois onde tinha de se limpar, limpava-se na mesma. Respondendo à membro Fernanda Pedrosa, e sobre o organograma, solicitou à funcionária Cidalina Reis que esclarecesse a questão.

Cidalina Reis, funcionária da Junta Freguesia – Esclareceu que efetivamente deveria ter sido colocado a votação à Assembleia de Freguesia a proposta de criação desse organograma. Disse ainda que tendo em conta o processo de regularização do mapa de pessoal em curso, no final do mesmo seria de propor à Assembleia de Freguesia um organograma devidamente estruturado no âmbito do quadro de pessoal.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que defendia que deveria ter sido discutido em Assembleia de Freguesia e ter sido apresentado em ponto único.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Deu por encerrado o período de intervenções antes da ordem do dia. Antes de passar para a Ordem de Trabalhos definida, deixou algumas considerações. Felicitou a Junta de Freguesia pelas comemorações do Dia da Criança, de onde lhe chegou um *feedback* muito positivo e muito elogiado do evento. Também sobre a ORTIFAE teceu elogios sobre o evento, que trouxe muita gente à freguesia e que se deveu em muito à boa organização do certame e deu os parabéns à União das Freguesias pelos eventos organizados. A título de esclarecimento dirigiu-se à membro Fernanda Pedrosa para clarificar que na freguesia não havia apenas uma associação de pais, mas sim duas.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para esclarecer que tinha esse conhecimento, simplesmente havia dado um exemplo. Clarificou que, independentemente da ação das associações de pais, a Junta de Freguesia devia de lutar para que não existissem assimetrias.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Passou ao primeiro **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos – “Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 26 de abril de 2018 – leitura e votação”. Sugeriu a dispensa de leitura e solicitou que se inscrevessem todos os que pretendessem fazer intervenções acerca da mesma.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou qual o vínculo que o auditor que a funcionária Cidalina Reis mencionou, e que estava referido em ata, poderia ter para decidir se se dariam ou não os documentos, e qual a legalidade, pois havia três documentos que havia solicitado com base na informação desse mesmo auditor, e qual era o fundamento para a Junta de Freguesia se apoiar na informação de um auditor desconhecido da interveniente e qual o vínculo legal que tinha.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Colocou o Ponto 1 a votação. Aprovado por maioria, com três abstenções. A de Cláudia Coutinho foi justificada por falta de comparência na última assembleia.

Passou ao **Ponto 2** – “Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de abril a 31 de maio de 2018 – apreciação”.

Solicitou à Presidente de Junta de Freguesia que apresentasse o ponto.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Sugeriu que fossem colocadas questões ou dúvidas sobre o ponto em apreciação.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Sugeriu que fossem colocadas as questões e que as mesmas fossem apresentadas ponto por ponto.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Reforçou a exposição do Presidente da Assembleia de Freguesia, referindo que os eventos mereceram o reconhecimento da população, nomeadamente o do Dia da Criança. Fez uma chamada de atenção para que não houvesse sobreposição de eventos, pois a mesma pode transtornar a participação das pessoas da freguesia. Deu como exemplo a apresentação do livro do autor Micael Domingues, sobre a Ortigosa, que decorreu simultaneamente com o

evento do Dia da Criança, o que podia ter transtornado um pouco a participação dos visitantes, como foi o caso da interveniente. Questionou se isso seria para ser recorrente, uma vez que na semana seguinte ia acontecer a mesma sobreposição, com um evento nas Várzeas e o decorrer da Feira Antiga no Souto da Carpalhosa.

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Começou por reforçar a ideia da interveniente anterior, com a sobreposição de eventos nos mesmos dias, contudo reconheceu que era muito difícil não haver essa mesma sobreposição, por conhecimento próprio, pois tinha essa dificuldade na instituição de onde fazia parte. Deixou a sugestão para que a Assembleia de Freguesia reunisse, no final de cada ano, com as várias coletividades da freguesia de modo a poder fazer a agenda do ano seguinte, sendo que uma ação mais concertada evitasse a sobreposição de eventos que trazia prejuízos para todas as partes. Sobre as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, questionou se já havia alguma diligência relativamente ao terreno doado para as habitações sociais, uma vez que não via retratado no relatório nenhuma referência sobre essa situação.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Em relação à sobreposição de eventos, afirmou que já na extinta freguesia de Souto da Carpalhosa era muito difícil conciliar datas para o número de eventos, dificuldade essa que aumentou com a União das Freguesias. Em relação ao Dia da Criança e ao lançamento do livro de Micael Domingues esclareceu que a Junta de Freguesia já tinha em agenda o Dia da Criança quando o autor do livro solicitou o agendamento do lançamento do livro. Disse que em reunião de Executivo com o autor, solicitou ao mesmo que não fizesse o lançamento do livro nesse dia dado o agendamento do Dia da Criança. Afirmou que, pessoalmente, lhe custou sair do evento do Dia da Criança, mas igualmente lhe custaria não estar presente no lançamento do livro. Esclareceu que o lançamento do livro foi discutido e feito de acordo entre ambas as partes. Quanto à sobreposição da Feira Antiga com o evento das jangadas nas Várzeas, explicou que o evento da Feira Antiga não era novidade e que ocorria a cada dois anos e este ano coincidiria com o evento das Várzeas. Acrescentou que as pessoas das Várzeas não ficariam melindradas com a situação, sendo que inclusivamente costumavam participar na Feira Antiga.

decorrida a regata nas Várzeas. Referiu ainda que o que se passava na freguesia era similar a outras e mesmo a nível camarário. Afirmou que esta era uma freguesia muito ativa e que todos estavam de parabéns. Quanto à sugestão para agendamento de eventos com as coletividades, afirmou que isso já era feito aquando a realização de reunião com as coletividades, e até já este ano tinha sido colocada em cima da mesa a hipótese de nova mudança da data da ORTIFAE.

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Esclareceu que se referia ao ano anterior, em tentar, em conjunto com as coletividades, calendarizar os eventos a levar a efeito no ano seguinte.

Eulália Crespo, Presidente da Assembleia de Freguesia – Referiu que por vezes se faziam reuniões que, em cima da data do evento, as associações se viam confrontadas com falta de uma direção, e possivelmente preparar com um ano de antecedência seria tentar antecipar demasiado porque poderia o evento nem chegar a acontecer.

Cláudia Coutinho, membro da Assembleia de Freguesia – Pediu para intervir para expor melhor o que estava a ser sugerido, que era que se juntassem todas as coletividades com o executivo e fizessem um cruzamento do plano anual de atividades que cada uma contaria executar para que desse modo se evitasse a sobreposição de atividades.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Referiu que também já havia sido solicitado para as associações fazerem chegar o plano de atividades. Compreendeu a sugestão dada, contudo, reafirmou que haveria sempre eventos que coincidiram no calendário. Em relação ao terreno das habitações sociais, esclareceu que a situação estava entregue à solicitadora Marisa Dinis e a mesma ainda não tinha dado qualquer informação.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Solicitou esclarecimento quanto à “solicitação à Câmara Municipal de Leiria de deslocação de um técnico à freguesia para avaliar um edifício em degradação, junto à Igreja Paroquial do Souto da Carpalhosa, assim como um muro de suporte de terras junto ao cemitério do Souto da Carpalhosa”, a que edifício especificamente se referia a Junta de Freguesia.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Explicou que depois de um pedido ao executivo, por parte da Comissão da Igreja do Souto da

Carpalhosa, para a Junta de Freguesia avaliar o estado de degradação em que se encontrava o edifício antigo ao lado da casa paroquial, e onde o executivo explicou que não tinha competência para avaliar esse risco foi feita solicitação à Câmara Municipal de Leiria.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Explicou que a sua dúvida era se o pedido de avaliação era para se tentar manter e preservar o edifício ou se era para demolir, pois dois meses antes tinha sido anunciado na igreja que ia haver demolição, logo se já havia a intenção questionou qual o fundamento de pedido de avaliação por parte técnica.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Explicou que o pedido que foi feito deu a entender que tanto podia ser para preservação como para demolição. Acrescentou que em relação à avaliação do muro de suporte de terras, vinha no mesmo seguimento, uma vez que a Junta de Freguesia foi alertada de que o mesmo poderia ruir.

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para questionar qual o ponto de situação em relação aos passeios no lugar de Moita da Roda, se já tinha vindo algum técnico da Câmara Municipal ao local e o que iria ser feito especificamente.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Clarificou que até à data ainda não se tinha deslocado nenhum técnico ao local.

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se os moradores ainda iam a tempo de formalizar uma queixa à Câmara Municipal de Leiria.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Respondeu que iam sempre a tempo de fazer uma queixa, independentemente do que fosse.

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que ele mesmo já havia sugerido à senhora Vereadora que fosse ao local um técnico das obras particulares porque nunca tinha visto um loteamento com passeios como os que se encontram no lugar de Moita da Roda.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Acrescentou que podiam ter vindo ao local sem comunicar à Junta de Freguesia, pois por vezes visitavam os locais sem avisar.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Deu por apreciadas as informações sobre a atividade da Junta de Freguesia. Passou ao

Relatório Financeiro de 01 de abril a 31 de maio. Questionou a Presidente de Junta de Freguesia se esta pretendia fazer algum esclarecimento prévio. Cedeu a palavra a quem tinha questões a apresentar. Não havendo questões a levantar, deu por concluído o **Ponto 2** - “Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia, no período de 01 de abril a 31 de maio de 2018” uma vez que este era um ponto apenas de apreciação. Passou ao **Ponto 3** – “Inclusão de Saldo de Gerência, referente ao ano de 2017 – apreciação, discussão e votação”. Cedeu a palavra a quem solicitou esclarecimentos.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que tinha entendido a distribuição apresentada relativamente à aplicação da receita pelas várias rúbricas de despesa. Questionou quais os critérios da Junta de Freguesia para esta distribuição e não outra, pois nos valores mais significativos, seria porque a Junta de Freguesia teria algo de extraordinário planeado. Destacou a rúbrica do Pavilhão Desportivo Municipal do Souto da Carpalhosa e a rúbrica das escolas, questionando se a Junta poderia explicar esta redistribuição da aplicação do Saldo de Gerência anterior.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que a explicação passava por ter feito a distribuição onde o Executivo entendeu que a mesma poderia ter de vir a ser utilizada.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se essa distribuição foi feita aleatoriamente.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Respondeu que foi discutido e decidido em reunião de Executivo. Acrescentou que se tratava de uma previsão.-----

Sandro Ferreira, Secretário da Junta de Freguesia – Interveio para explicar que no caso do pavilhão havia a possibilidade de ter de se fazer marcações no piso ou proceder à substituição de uma caldeira, e por isso o Executivo optou por reforçar essa verba.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Disse ter entendido a explicação, mas solicitou esclarecimentos quanto às rúbricas com valores mais avultados, nomeadamente Escolas e Cemitérios.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que havia cemitérios que careciam de pintura ou mesmo de alargamento e, no sentido de ser necessária verba, foi realizado o reforço nessa rúbrica.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Referiu que ao haver esta distribuição poderia haver já algo planeado em concreto.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que no caso dos cemitérios a prioridade era o cemitério dos Conqueiros e, possivelmente logo de seguida, o do Vale da Pedra, sendo estes os que já acusavam problemas de espaço livre. Quanto às escolas, era investimento no geral.-----

António Tavares, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se o reforço nas escolas tinha a ver com o investimento na Escola da Moita da Roda.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Respondeu que, até ao momento, não tinha a ver com a Escola da Moita da Roda, uma vez que o investimento nessa escola era uma obra da Câmara Municipal de Leiria.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Referiu que o fato de ter uma Revisão Orçamental de Despesa, e reforçou já o ter mencionado em sessão anterior, deveria estar anexado e era obrigatório acompanhar o Mapa Plurianual, dado que houve uma revisão.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Interveio para esclarecer que havia somente o reforço de rubricas já existentes e não a criação de novas rúbricas.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Insistiu que devia constar o Mapa Plurianual retificado.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para referir que tinha dúvidas se legalmente era possível afetar o Saldo de Gerência anterior a Despesas de Capital, ou se não teria de ser apenas afeto a Despesas Correntes.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia - Terminadas as intervenções sobre o Ponto 3 – “Inclusão de Saldo de Gerência, referente ao ano de 2017”, colocou o mesmo a votação tendo sido aprovado por maioria com três abstenções de: Virgílio Franco, José Lopes Domingues e Fernanda Pedrosa . Passou ao Ponto 4 – “Concessão de Sepultura Perpétua” solicitando à Presidente de Junta de Freguesia que apresentasse o ponto.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Solicitou ao Secretário, Sandro Ferreira, que expusesse a situação visto ser melhor conhecedor das pessoas em causa.-----

Sandro Ferreira, Secretário da Junta de Freguesia – Explicou que se travava de uma sepultura datada de setembro de 1985, da D.^a Maria Emília Moteiro, conhecida por Maria “Biloa”, e cujo terreno foi adquirido entre 1986 e 1987 pelo Sr. Manuel Ferreira Moteiro, administrador das finanças dessa senhora. Posteriormente faleceu uma filha desta senhora, que foi sepultada na mesma sepultura da mãe, e a sua outra filha dirigiu-se à Junta de Freguesia a questionar se podia colocar a campa e afirmou que tinha conhecimento que na altura o terreno havia sido adquirido. O Executivo não encontrou em atas ou recibos que justificassem esta aquisição. Informou que foi solicitado à senhora que pretendia agora colocar a campa que trouxesse o Executivo em funções na época da aquisição do terreno para tentar ajudar, que se tinham apresentado hoje na Junta de Freguesia – Domingos Domingues, ex-Presidente de Junta de Freguesia, Fernando Sobreira, ex-Secretário – e ambos referiram que se recordava disso mas não tinham memória de onde pudesse estar registado, até porque havia atas desse época que nunca chegaram a ser finalizadas. A sepultura em causa é a número 145 e não foi novamente utilizada. O Executivo optou por trazer a decisão final para a Assembleia de Freguesia.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Disse que era importante conhecer a posição do Executivo sobre a decisão final.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que o Executivo não tinha votado sobre qual a decisão a tomar, simplesmente decidiram trazer o assunto para ser discutido em Assembleia de Freguesia.

Cláudia Coutinho, membro da Assembleia de Freguesia – Defendeu que se não havia qualquer documento, nem da parte do familiar, nem da parte da Junta de Freguesia, o terreno deveria ser agora comprado no caso de pretenderem a aquisição do mesmo.

José Carlos Gomes, Presidente de Junta de Freguesia – Reforçou que era importante conhecer a opinião do Executivo e não encaminhar apenas para a Assembleia de Freguesia a decisão final.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Afirmou que não havia dado de imediato a conhecer qual a posição do Executivo para não influenciar a decisão da Assembleia de Freguesia. Disse que a opinião do Executivo era

de que na falta de documento escrito, o interessado teria de comprar o terreno.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia – Depois de analisado e discutido o ponto, e considerando que não tinha sido apresentado qualquer documento que comprovasse a aquisição do terreno, e deixando a salvaguarda de que se alguma das partes encontrasse um documento que comprovasse a aquisição do terreno, a Junta de Freguesia teria toda a legitimidade para agir em conformidade. Passou a votação de “Concessão de Sepultura Perpétua”, a título gratuito, tendo sido rejeitada por unanimidade. Não havendo mais pontos a tratar, o senhor Presidente de Assembleia deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença e disponibilidade de todos os presentes e participantes, aproveitando para desejar umas boas férias a todos. E para que conste se lavrou a presente ata, que depois de lida será assinada.

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário